

AS FASES DE (RE)PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: INTERPRETAÇÃO E VALORAÇÃO DA *PAISAGEM URBANA* DA GÊNESE COLONIAL À MERCANTILIZAÇÃO DAS CIDADES HISTÓRICAS NO BRASIL



OLAM – Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – ISSN: 1982-7784 – está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

Everaldo Batista da Costa [1]
Francisco Capuano Scarlato [2]

INTRODUÇÃO

Os estudos por nós realizados nos últimos anos, que tratam da organização socioespacial e da mercantilização de patrimônio cultural nas cidades históricas de Minas Gerais (especialmente, São João Del Rei, Tiradentes, Ouro Preto e Diamantina), levam-nos a considerar quatro fases consecutivas e distintas de produção do patrimônio no Brasil, as quais denominamos: *Gênese Colonial do Patrimônio*, *Produção Simbólica do Patrimônio*, *Projeção Inicial do Patrimônio* e *Cenarização Progressiva do Patrimônio*. Essas fases são marcadas pela trajetória socioeconômica das cidades históricas brasileiras e representam momentos distintos de produção e valorização do espaço; ou seja, nesses momentos, há a produção de *formas* em determinadas *estruturas* que assumem *funções* distintas ao longo do *processo* histórico da “formação socioespacial” (SANTOS, 2004) da zona açucareira nordestina e da zona do ouro e dos diamantes do período colonial brasileiro.

Veremos, neste artigo, que a consagração do patrimônio, no Brasil, sofreu as influências das orientações postas no plano internacional, sobretudo europeu, de ampliação tipológica, cronológica e geográfica do patrimônio cultural (CHOAY, 2006), da própria ampliação da noção de patrimônio e da idéia de conjunto em detrimento ao bem isolado, nos espaços urbanos, dentro de um processo histórico contínuo que parte da gênese dessas materialidades quando da conquista, dominação e valorização de novos espaços, especificamente, no século XVIII

brasileiro, momento da implantação dos núcleos urbanos das *Geraes*, que é nosso recorte espacial de análise.

O entendimento dessas quatro fases distintas e consecutivas de produção da arquitetura colonial brasileira – em especial, da zona da mineração do ouro e dos diamantes – não se desvincula do contexto global de consagração do Patrimônio Mundial, muito menos da *dialética da construção destrutiva*¹ que envolve os bens culturais do mundo, ao serem símbolos, ora de memória e identidade, ora de reprodução do capitalismo, simultaneamente, no movimento processual de mercantilização da vida e da cultura. Ao contrário, a análise do processo histórico que envolveu e envolve essas “rugosidades” cristalizadas no território (trajeto que parte da gênese inicial dos núcleos urbanos coloniais às dinâmicas contemporâneas que os envolvem), remete-nos à consideração do valor *universal excepcional* que consagra algumas das cidades históricas brasileiras como um Patrimônio Cultural da Humanidade.

As quatro fases apontadas representam distintos momentos da ampliação histórica da noção de patrimônio nas principais cidades históricas brasileiras, como apontado abaixo:

- 1) *Gênese Colonial do Patrimônio: séculos XVI e XVII / XVIII e XIX* – surgimento dos primeiros Arrais e Vilas no litoral, no século XVI e XVII, com uma ocupação filiforme e talassocrática do espaço e, posteriormente, pela expansão territorial e busca de metais preciosos [logo após a conquista de fundos territoriais (MORAES, 2005) e da primeira valorização e dominação do espaço, no *hinterland* brasileiro];
- 2) *Produção Simbólica do Patrimônio: décadas de 1930-1950* – Especialmente as cidades da zona do ouro e dos diamantes, tornam-se referência na busca de símbolos capazes de registrar a trajetória de um novo “Estado-nação”, momento em que o *barroco mineiro* é resgatado como expressão máxima de identidade nacional. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo governo de Getúlio Vargas busca cumprir essa finalidade [consideramos essa fase assaz significativa do ponto de vista da incipiente *valorização simbólica* (THOMPSON, 1995) do patrimônio por parte do Estado, no Brasil];
- 3) *Projeção Inicial do Patrimônio: décadas de 1960 a 1990* – Nessa fase, o patrimônio passa a ser reconsiderado, no contexto do planejamento

urbano estratégico, enquanto vetor de mudanças socioeconômicas capaz de contribuir para o desenvolvimento local e regional [nesse momento, são estudadas as orientações da Carta de Veneza, de 1964, que indica a possibilidade de *valorização econômica* dos núcleos urbanos tombados²]. As cidades históricas – algumas em franca decadência econômica – são evidenciadas com o incipiente turismo cultural; e

- 4) *Cenarização Progressiva do Patrimônio*: fim do século XX e início do século XXI – momento em que a atualidade da globalização, da mundialização dos lugares, da expansão do capitalismo e da seletividade do capital (MORAES, 2005; HARVEY, 2005) favorecem a transformação da cultura em um novo gênero de mercadoria, nos lugares. Nesse momento de intensificação dos fluxos (SANTOS, 2002a), torna-se premente o que já denominamos *dialética da construção destrutiva* na consagração do patrimônio, ora símbolo de cultura, ora de mercadoria, simultaneamente, no processo mercantilizador das cidades históricas brasileiras. Nessa fase, os bens culturais passam por uma reprodução ampliada, uma marcante valorização de mercado que ocasiona a *transmutação* dos valores a eles inicialmente atribuídos (de identidade, memória coletiva e cultura); momento em que se evidencia a vitória da troca sobre os modos operantes dos usos nas cidades coloniais tanto do litoral quanto do interior do território brasileiro.

Nesse contexto, ao pontuarmos esses quatro momentos singulares da produção do patrimônio no Brasil, podemos dizer que para a melhor compreensão do espaço geográfico não basta desvendar as suas múltiplas dimensões atuais ou concretas, há que se investigar também o processo histórico do qual faz parte, a própria história da valoração e da interpretação dos objetos que o compõe, pois aí estão, muitas vezes, os segredos de sua boa interpretação, como indica Abreu (1997, p. 240).

FASE DA GÊNESE COLONIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO (SÉCULOS XVI E XVII / SÉCULOS XVIII E XIX)

Segundo Moraes (2002, p. 89), a colonização expressa, talvez melhor que qualquer outro exemplo, momentos de ação da sociedade sobre o espaço, onde a partir do capital fixado no território colonial formam-se as bases de movimentos econômicos autocentrados, isto é, que perseguem objetivos próprios de realização e acumulação. O autor afirma que a colonização pode ser equacionada como um

processo de valorização do espaço, com suas modalidades de relação em que são apropriados os meios naturais, logo transformados em segunda natureza e, posteriormente, são apropriados esses meios naturais transformados, o que redundará na produção de formas espaciais e apropriação do espaço produzido, em um processo contínuo.

Logo, a gênese do que hoje se constitui no surpreendente acervo arquitetônico das Geraes e da antiga região açucareira do Nordeste (o que consideramos uma primeira fase do patrimônio cultural brasileiro, de sua edificação propriamente dita, no espectro da formação socioeconômica brasileira) simboliza a própria ação da sociedade sobre o espaço, historicamente, de forma que o Brasil deve a maioria de suas cidades a grandes atos de vontade humana movidos pelo fascínio causado pela conquista. O intuito, neste trabalho, não é o de complexizar na análise geohistórica do mote propulsor da gênese colonial do patrimônio no Brasil (o que deverá ser abordado em uma próxima pesquisa, na linha da geografia histórica, dada a profundidade da questão, onde abordaremos tanto a formação como a representação dos núcleos urbanos da antiga zona da mineração no Brasil), mas apontar o contexto no qual é edificado, em dois distintos momentos: no cerne da ocupação filiforme e talassocrática do território, nos séculos XVI e XVII, e dos “fundos territoriais”, nos séculos XVIII e XIX do Brasil Colônia.

Seremos breves na análise sobre a ocupação – duradoura – da orla marítima, por não ser objeto de nossos estudos, e sim a antiga zona da mineração do ouro e dos diamantes, a região das Geraes. Moraes (2000, p. 307) considera que a ocupação da orla marítima foi o padrão colonial lusitano em todas as partes do globo; um império “filiforme e talassocrático. Estranho seria a adoção de um novo comportamento na ocupação das terras brasileiras”. Moraes (2000) lembra que, ao contrário dos espanhóis, os portugueses não se defrontaram com uma estrutura territorial já interiorizada, nem com uma rede urbana que induzisse uma instalação no *hinterland*. Quanto ao sul, já havia, na América portuguesa, uma relação mais

regular entre a vida litorânea e o interior, onde os colonizadores apropriaram-se dos itinerários e dos caminhos indígenas pré-existentes.

Moraes vê um despropósito em se qualificar a instalação portuguesa por comparação à espanhola, como faz Sérgio Buarque de Holanda (1995) ao afirmar que os espanhóis tinham uma ótica de domínio territorial, os portugueses se moviam por objetivos mais comerciais. Essa avaliação gera conclusões precipitadas como: “para os portugueses a colônia é simples lugar de passagem, ao passo que para os espanhóis seria um prolongamento do país” (MORAES, 2000, p. 307).

Holanda (1995, p. 103) considera que somente o “evento” do descobrimento das minas, sobretudo, as minas de diamante, obrigou Portugal a “por um pouco mais de ordem em sua colônia, ordem mantida com artifício pela tirania dos que se interessavam em ter mobilizadas todas as forças econômicas do país para lhe desfrutarem, sem maior trabalho, dos benefícios”.³

Vários são outros estudiosos que traçam uma perspectiva comparativa e que também consideram pouco significativa a preocupação de Portugal quanto ao traçado das cidades em sua colônia americana, ou mesmo um total desleixo por parte de suas criações.

Ao se referir aos núcleos de “grande porte” estabelecidos nos sertões da Colônia, Duarte (1995, p. 33-4) considera-os cidades que se formam em desalinho e reveladoras de circunstâncias específicas de interesses de época, cidades que se apresentam tipicamente arquitetadas no ciclo do ouro, onde o luxo e o fausto estão mais para o interior das igrejas e ambientes domésticos, que para a rua; tornando-se pública apenas a arte religiosa através do barroco; estrutura-se um “urbanismo fruto da desordem pública”, de acordo com o autor.

Scarlatto (2005; 2008), ao tratar do processo histórico de urbanização no Brasil, também faz comparação entre a organização espacial das cidades

espanholas, na América, e a organização citadina estabelecida pelos portugueses, no Brasil, e verifica uma marcante distinção nos dois processos de produção de espaços urbanos coloniais. Porém, coerentemente, esse autor não negligencia o ordenamento urbano das Geraes; reconhece na tipologia urbana espanhola uma formação a partir da praça central, com edifícios públicos, igreja e quartel. Ocorria o estabelecimento de residências ao redor da *plaza mayor*, orientadas pela posição social do residente; ruas cruzando em ângulos retos formavam grandes tabuleiros de xadrez. Logo, estabelecia-se um traçado em linhas retas das ruas e praças. “A cidade em tabuleiro de xadrez foi a expressão da necessidade de dominar o território conquistado.”

Ao contrário da geometria adotada pelos espanhóis em suas cidades americanas, Scarlato (2005; 2008) considera que as cidades brasileiras do período colonial cresceram desordenada e desalinhadamente, um “crescimento espontâneo”. Para esse geógrafo, o alinhamento das ruas e das casas partia da iniciativa de seus moradores, onde ruas e praças deveriam ser adaptadas às irregularidades do relevo. O autor conclui sua análise entendendo que, posteriormente, esses planos de produção do espaço urbano colonial transformaram-se num obstáculo à indústria, aos automóveis, aos transportes de massa e aos processos de modernização; o que é uma consequência lógica, uma vez que os homens daquele período não imaginavam o avanço que ocorreria em termos de comunicações e circulações, onde a sociedade passa a exigir novas espacialidades urbanas, novas formas para novas funções dentro de uma nova estrutura de relações.

Em 1956, Aroldo de Azevedo já alertava que estava, ainda, para ser feito um estudo analítico e circunstanciado da estrutura de nossas cidades coloniais e, de maneira particular, as características de seu plano urbanístico. Ao que tudo indica, ainda hoje, não fora realizado, no âmbito da Geografia, um trabalho que se valha de registros capazes de direcionarmos a um consenso sobre a urbanística colonial, em especial das Geraes (o que pretendemos realizar em uma próxima pesquisa, na busca do entendimento da formação e da representação das cidades da antiga zona

do ouro e dos diamantes, no Brasil, que engloba Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás).

Inicialmente, em sua análise, Azevedo (1956) fornece indicações de que os aglomerados que resultaram de um propósito deliberado das autoridades coloniais obedeciam, em suas origens, a um plano regular e geométrico, se bem que adaptado às características topográficas; é o que identificamos em Minas Gerais. No entanto, em seguida, Azevedo (1956, p. 72) considera que “sem demora, porém, deixava-se de lado essa preocupação urbanística e a expansão passava a se realizar de maneira espontânea, sem obedecer a nenhuma diretriz, daí resultando a irregularidade no traçado das ruas, tortuosas quase sempre”. O autor exemplifica com os casos específicos de Salvador, Recife e Rio de Janeiro.

Sobre Salvador, Azevedo (1956) afirma que possuía, em seu centro primitivo, na “Cidade Alta”, certa regularidade e ruas que se cortavam em ângulo reto, constituindo um “verdadeiro tabuleiro de xadrez”, bem ao contrário do que se observava no restante da cidade. Na observação de Azevedo, já Recife resultou em uma cidade de disposição radiocêntrica, como a planejaram tornar, no futuro, os urbanistas dos Países Baixos. Sobre o Rio de Janeiro, no que tange aos aglomerados “espontâneos” ou “naturais”, Azevedo afirma que a irregularidade do plano e o traçado tortuoso das ruas constituíam a regra geral, formando estruturas inorgânicas como as do núcleo primitivo da cidade de São Paulo. Ao concluir sua análise, Aroldo de Azevedo (1956) faz referência a Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) para assinalar seu ponto de vista universal sobre as vilas e cidades coloniais brasileiras, tornando-se mais um adepto da teoria que define nossas cidades coloniais como não sendo “*produto mental*” e mera expressão da palavra “*desleixo*”.

A questão que fica para nós – e que a busca de sua resposta ultrapassa os limites deste artigo – é a seguinte: qual cidade colonial é analisada em vários estudos sobre a temática? O que se valoriza ou se interpreta a seu respeito? Esses

pontos, em muitas análises, não ficam patentes. A cidade do século XVI, XVII, XVIII ou início do XIX? Em cada época, dadas as necessidades de cada sociedade, em cada lugar, são produzidos e reproduzidos lugares através de uma valorização do espaço ou de uma interpretação ambiental muito particular do momento histórico inerente. Logo, identificamos, em algumas abordagens, notória generalização sobre a cidade colonial do Brasil, ligando-as, sobretudo, ao “*desleixo*” ou à impropriedade “*mental*”. Algumas desses estudos não delimitam o período nem a área estudada; muitas vezes, não fazem referência a fontes primárias ou arquivos ultramarinos, limitando-se a indicar o vasto período colonial, que perdurou mais de três séculos. Para não nos alongarmos, fazemos uma referência a título de exemplo. “Imagem da desordem, da irracionalidade, ora da dependência em relação ao campo, ora da auto-suficiência, as cidades coloniais são também a imagem do vazio: são vazias de atividades, movimento, economia, construções e povo.” (TORRÃO FILHO, 2003, p. 59)

Em seu artigo – *Imagens de pitoresca confusão: a cidade colonial na América Portuguesa* – este autor tem por objetivo entender como se constroem as imagens sobre as cidades portuguesas na América (tanto ordenadas quanto desordenadas), “não são as cidades reais meu objeto de estudo, mas sim as suas projeções”, afirma o autor. Para tanto, o mesmo se vale das descrições de viajantes e naturalistas (que percorreram todo o Brasil, diga-se de passagem), além de fontes favoráveis à existência dos traçados regulares e, em oposição, dos traçados irregulares fruto do *desleixo*. Porém, enquadramos sua análise no grupo da *generalização* que, ao nosso ver, não permite apontar de qual *cidade colonial* trata; são cidades da “auto-suficiência” ou do “vazio de atividades”? São cidades da “dependência em relação ao campo” ou despovoadas? São cidades do litoral ou cidades do interior? Todas essas são as cidades coloniais? Foram ordenadas ou criadas desordenadamente? Qual é a cidade colonial em tela, são todas, genericamente?

Para Geiger (1963, p. 69) os casos das cidades planejadas – Goiânia, Belo Horizonte e Brasília – não constituem fato novo na história brasileira. “Quando Tomé

de Souza veio governar o Brasil, 30 anos após a Descoberta, trazia consigo os planos elaborados para a criação de uma cidade – Salvador. Trazia prontos os planos e os estatutos da que seria nossa primeira Capital.” O autor faz certa reserva ao “antiurbanismo colonial”.

A análise de Geiger (1963) nos é fundamental para uma crítica à generalização com a qual é interpretada a cidade colonial, sua ambiência. Para o autor, o problema se origina da maneira de abordagem da questão urbana, pois são comparados, segundo um mesmo conceito de cidade, centros urbanos dos séculos XVII, XVIII ou XIX, com centros urbanos do século XX, como se fossem da mesma categoria (espera-se dos construtores daquelas cidades a mesma noção de planejamento das cidades atuais). Em realidade esse problema desaparece se admitirmos tratar-se de duas estruturas urbanas distintas, que Geiger (1963) contrapõe como “estrutura colonial” e “estrutura nacional”; fazemos, ainda, outra subdivisão em relação à “estrutura colonial”: chamaríamos “*estrutura colonial litorânea*” e “*estrutura colonial interiorana setecentista*”, que representam duas áreas cujas formas materiais, estruturas relacionais, processos históricos genéticos e funções sociais divergem por se constituírem em diferentes formações socioespaciais, ou seja, requerem específicas interpretações ambientais.

Assim, não se deve tratar a cidade colonial brasileira genericamente, mas da perspectivas de urbanismos que se desenvolveram distintamente, em lógicas de espacialização do capital muito particulares; uma primeira – no litoral – com um caráter filiforme e talassocrático, favorecida pela economia açucareira que terá, na cidade, em um primeiro momento, ponto de passagem, *locos* das festividades religiosas e dos encontros; uma segunda, na hinterlândia, com a ocupação dos “fundos territoriais”, com o ouro e os diamantes, na região das *Geraes*, onde forma-se uma estrutura com funções e dinâmicas tipicamente urbanas.

Acrescentamos que todo o acervo arquitetônico preservado, hoje, representa, para uma análise geográfica histórica, o próprio processo de valorização do espaço

e formação territorial do Brasil. De forma que a presença dos conjuntos urbanos das Geraes simboliza a produção do espaço como processo resultante do trabalho humano, que é um ato de incorporação e criação de valor material e simbólico, dialeticamente.

Produz-se um espaço, ligado à trama da empresa mineradora, que não se desvincula de instâncias sociais, econômicas, culturais e ideológicas ao longo do tempo, ou seja, os conjuntos urbanos da zona do ouro e dos diamantes, e mesmo os do litoral nordestino, constituem-se em formas pretéritas que surgem com determinadas funções e que, ao longo dos séculos, adquirem novos conteúdos e usos. Isso representa a valorização do espaço pelas diferentes formas de trabalho humano, dada a evolução da sociedade que vê, na atualidade, a valorização simbólica como um adendo para a valorização econômica dos objetos culturais, como veremos no decorrer do artigo.

Por fim, nesse item, tentamos dar conta, brevemente, do que chamamos fase da *Gênese Colonial do Patrimônio*, que envolve a conquista dos fundos territoriais do Brasil colonial, que consagra, na região mineradora, a primeira valorização e dominação do espaço cristalizada na forma de um peculiar *urbanismo barroco das Geraes*⁴, ao qual dedicamo-nos em pesquisa recente. Nessa fase, a valorização do espaço representada remete-nos à preponderância do valor de uso civilizatório dos núcleos considerados, ou seja, na lógica do processo que denominamos *dialética da construção destrutiva* que envolve os bens culturais do mundo, constitui o momento da *construção* dos conjuntos capturados, contemporaneamente, por um processo dialético que impede “uma transcendência necessária na ‘reconstrução imaginária’ do século XVIII, sem a qual, todo (...) conjunto se resumirá simplesmente num amontoado de edificações de pouca significação” (SCARLATO, 1996, p. 140).

Passaremos, a seguir, ao que denominamos fase da *Produção Simbólica do Patrimônio*, um segundo momento significativo na trajetória do patrimônio cultural brasileiro, no qual as cidades da antiga zona do ouro e dos diamantes tornam-se

referência – através do urbanismo barroco e do rococó – na busca de símbolos capazes de registrar a trajetória de um novo “Estado-nação”. Essa fase torna-se assaz significativa do ponto de vista da incipiente *valorização simbólica* do patrimônio cultural brasileiro, que, no nosso entendimento, constitui em um “evento” que projeta essas cidades no cenário nacional para o desenvolvimento do turismo. A fase que se segue é mais uma das facetas da universalidade na qual se insere, por exemplo, Ouro Preto (figura 01), Diamantina (figura 02 e figura 03), São João Del Rei (figura 04) e Tiradentes (figura 05); são fases que se prendem por laços necessários e recíprocos, pois a construção do urbanismo barroco-rococó local é a condição primeira do simbolismo que vai representar para o novo “Estado-nação” emergente, no início do século XX, que por sua vez consagra um Patrimônio Mundial e, simultaneamente, uma nova mercadoria global no alvorecer do século XXI; um processo contínuo, ininterrupto, relacional e contraditório que redundará na produção fragmentária dos espaços urbanos nas cidades históricas mineiras.



Figura 01 – Vista parcial do centro histórico de Ouro Preto, na entrada do sertão de Minas Gerais, Brasil. Foto de Everaldo Costa, maio/2008.

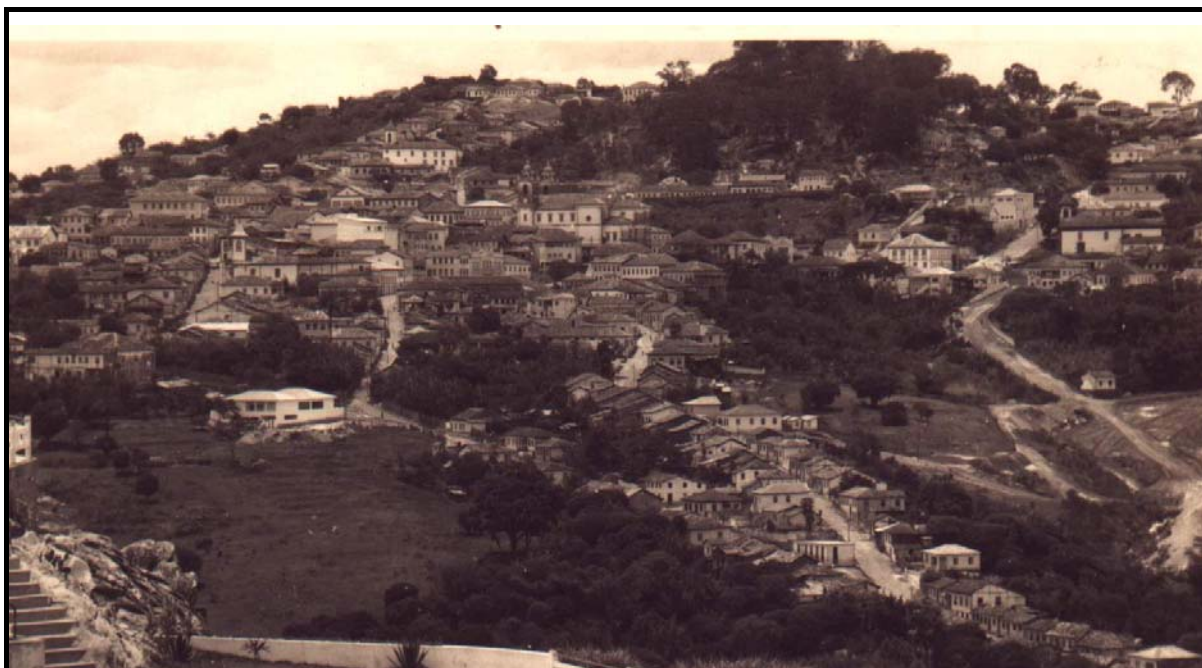


Figura 02 – Núcleo urbano de Diamantina na primeira metade do século XX, localizada ao Norte de Minas Gerais, Brasil. Arquivo do IPHAN.

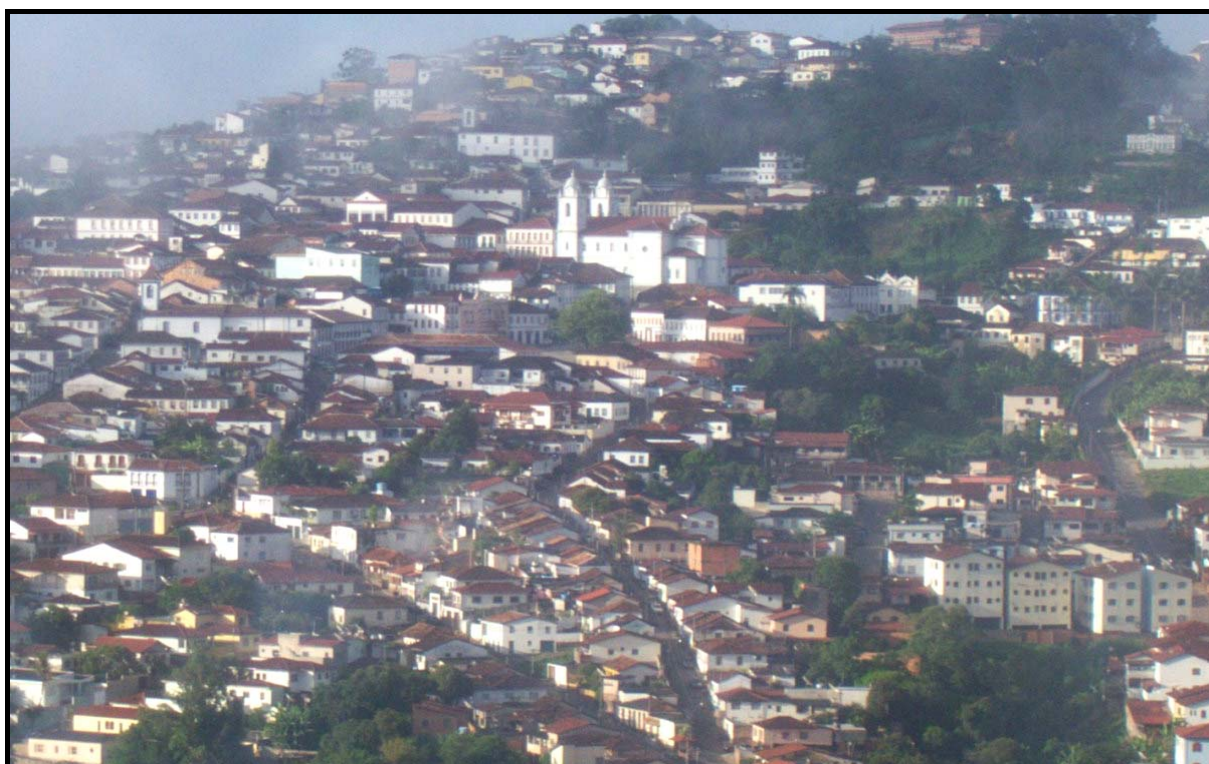


Figura 03 – Núcleo urbano de Diamantina na primeira década do século XXI. Foto de Everaldo Costa, jan/2008.



Figura 04 – Rua Direita, em São João Del Rei, Minas Gerais, Brasil. A igreja abaixo é a de N. Sra. do Rosário dos Pretos, a central, voltada para o córrego do Lenheiro, é a Matriz de N. Sra. do Pilar e a que se encontra no fim da Rua Direita, acima, é a Igreja de N. Sra do Carmo. Salientamos que a rua Direita indica, não uma característica física, que por vezes desmentia o nome, porém o caminho mais direto entre referências maiores, quase sempre se não sempre em nossos primórdios, de cunho religioso, segundo Murilo Marx (1999). Foto do IPHAN/1950.



Figura 05 – Rua da Câmara em Tiradentes, Minas Gerais, Brasil; uma das ruas mais antigas, que integra o sítio original da cidade. Foto de Everaldo Costa, maio/2008.

FASE DA PRODUÇÃO SIMBÓLICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO (DÉCADA DE 1930)

Confrontam-se duas idéias de bens culturais coletivos: nacionais (de caráter particularista), que marca o processo de constituição das nações via símbolos de conquista e da formação territorial (cujas precursoras foram a França, no século XIX), com a idéia de bem coletivo mundial (de caráter universalista, com a consagração do Patrimônio Mundial). Quer dizer, além da consagração de um patrimônio nacional, referência de cultura e identidade de um povo estabelecido no território, busca-se os marcos do que foi produzido pelos povos em diversos territórios espalhados pelo

planeta, num longo processo histórico, e que passa a pertencer à humanidade como um todo. Forja-se, dessa maneira, a noção de *patrimônio cultural da humanidade*, como já apresentado em trabalhos anteriores (COSTA, 2008; 2009; COSTA; SCARLATO, 2008).

São duas dimensões geográficas na consagração do patrimônio cultural em seu longo processo histórico de formação. Neste artigo, nos limitaremos à noção particularista (nacionalista) de patrimônio, uma vez que já tratamos da trajetória para a consagração do Patrimônio Mundial, no nível internacional. A noção particularista, no caso brasileiro, tem por base os bens representantes da produção do espaço como símbolos de identidade para a afirmação do “Estado-nação” que se constituía no início do século XX; bens que, no limite, representaram para o Estado a formação do território brasileiro dentro de um caráter *identitário, espacial e político*.

Afirmar que as práticas de patrimônio no Brasil acompanham contextos sociais não significa dizer que a cultura no país é resultado de uma unicausalidade política, mas considerar, de acordo com Cohn (1987), que o termo “concepção oficial de cultura” se refere a práticas orientadas e voltadas para a sociedade nacional, em que o Estado foi referência institucional. No Brasil, as práticas de patrimônio surgem como iniciativa do próprio Estado e assumem um lugar de destaque na formulação de uma concepção oficial de cultura, voltada para a construção de uma idéia de nação, seguindo o modelo francês do século XIX, como afirmamos anteriormente. Esse processo é contemporâneo da República Velha, cujo período representou uma confusa transição na política brasileira que culminou com a Revolução de 1930. De acordo com Leite (2004, p. 48), esse período foi marcado pelas tensões de um novo arranjo institucional e político e por um contexto econômico igualmente complexo pela implantação da mão-de-obra assalariada e início da industrialização do país. Esse período representou, na realidade, a reestruturação econômica, social e política do país, quando temos o deslocamento do eixo econômico do Nordeste açucareiro para a economia do café no Sudeste, com destaque para São Paulo.

De acordo com Leite (2004, p. 48), as transformações estruturais que caracterizam o período são acompanhadas por um intenso debate que se tornou clássico: Como pensar o Brasil-nação, sua identidade nacional e sua cultura, no contexto pós-abolicionista, republicano e capitalista? Dessa forma, a relação entre cultura brasileira e identidade nacional tornou-se um dos eixos interpretativos sobre a sociedade brasileira, cuja busca de uma *idéia* de Brasil perpassou as principais matrizes do pensamento social brasileiro. De acordo com Leite (2004 p. 50), a emergência das práticas de patrimônio no Brasil é contemporânea a essa problemática, que se tornou corrente nas primeiras décadas do século XX: “mais do que uma nação em construção, em busca incessante do seu próprio conceito, essa preocupação refletiu a complexa realidade a partir da qual o Brasil se constitui historicamente”. Quer dizer que pensar a nação seria construir uma síntese cultural em torno de uma identidade nacional que conferisse sentido às diferenças e desigualdades que lhe eram constitutivas.

Para Fenelon (1992), no Brasil, a noção de patrimônio nasce mesclada pelo autoritarismo do Estado Novo e pela “rebeldia” modernista, cristalizando elementos do nacionalismo autoritário e as boas intenções modernistas, na busca de recuperar um passado para alcançar uma definição de identidade nacional. E é na vanguarda dessa fase e movimento que se colocam os intelectuais que dão forma e conteúdo às políticas de preservação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado através do Decreto-Lei nº 25 de 30 de dezembro de 1937. (BRASIL, 1937). A política de preservação do SPHAN é o exemplo que marca, significativamente, a primeira intervenção do Estado na área cultural, na busca de uma memória e identidade brasileiras. Consideramos, nesse contexto, que foi o governo de Getúlio Vargas o responsável pela primeira **Produção Simbólica do Patrimônio Cultural Brasileiro**, onde esses bens vão assumir a representação da trajetória social, econômica e política do país, mesmo que essa operação tenha ocorrido de forma restritiva e elitista.

Deve ser considerado, dessa forma, que o modernismo, junto ao SPHAN, propiciou uma volta ao passado, à valorização intensa de formas de expressão consideradas tradicionais, naquele momento de *construção* da nação em que o barroco mineiro foi simbólico, considerado como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor da aura da origem da cultura nacional.

A relação dos intelectuais do SPHAN e dos modernistas com Minas Gerais deve-se basicamente à busca dessa expressão tradicional da cultura. Minas já era considerada um pólo catalisador de idéias. As várias viagens que muitos intelectuais fizeram para a antiga zona do ouro e dos diamantes, dentre eles, Mário de Andrade, o arquiteto Lúcio Costa e o jornalista Rodrigo Melo Franco – primeiro diretor do SPHAN –, foram marcos do que Leite (2004, p. 50) chama de “redescobrimto” do Brasil e de suas expressões culturais consideradas genuinamente nacionais.⁵

Não foi por acaso que a primeira iniciativa de preservação de patrimônio, no Brasil, antes mesmo da criação do SPHAN, deu-se exatamente na cidade de Ouro Preto, considerada berço do patrimônio barroco colonial, ficando claro, já naquele momento, quais eram os parâmetros arquitetônicos que representariam o *ideário* de nação. Logo, Ouro Preto tornou-se uma espécie de laboratório prático de referências conceituais que o SPHAN buscava construir, de acordo com Leite (2004). Mais do que isso, tornou-se um mito fundante, espécie de centro exemplar da própria idéia de Brasil, como aponta Arantes (1991, p. 236) “Esta cidade é um dos principais territórios onde se funda, oficialmente, a nacionalidade brasileira”.

Dessa forma, verificamos que a política de preservação no Brasil, no entanto, não foi diferente de experiências de outros países, estando relacionada à consolidação de uma imagem política e cultural da nação, tendo o Estado como protagonista do processo. Embora o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional elaborado por Mário de Andrade, em 1936, contemplasse uma definição abrangente de “obras de arte patrimonial”, a política de preservação do SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dirigiu-se para a

restauração arquitetônica de cunho fachadista dos bens imóveis de pedra e cal, cujos bens – na maioria, representantes do estilo barroco colonial mineiro – expressavam uma versão oficial do patrimônio.

Concordamos com Leite (2004), pois a predominância dos monumentos que reafirmam os poderes políticos, religiosos e militares não apenas reforçaria essa versão oficial da própria cultura brasileira como excluiria um conjunto diverso de minorias étnicas e culturais que demandam formas particulares de inserção e pertencimento à nação. As origens sociais da maioria dos tombamentos que marca a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil, entre 1938 e 1981, referem-se, como destaca Leite (2004), à etnia branca, ao catolicismo, às classes dominantes e às edificações símbolos do poder estatal: fortes, casarios, mosteiros, igrejas e quartéis.⁶

Logo, a partir do Decreto-Lei nº 25, de 1937 (BRASIL, 1937), pode-se dizer que realmente surgiu a proteção cultural urbanística no Brasil, mesmo com um viés elitista. Enquanto diploma legal e aparato jurídico-institucional, é correto afirmar que, até o ano de 2000, o teor desse decreto-lei, que é um legado do Estado Novo, pouco havia se modificado, até ocorrer o registro do patrimônio imaterial, no ano 2000, por meio do Decreto 3.551, de 04 de agosto do mesmo ano. Cardoso (2007, p. 75) salienta que na base conceitual da legislação é possível destacar aspectos da política de *mise-en-valeur*, aonde a salvaguarda de monumentos era prioritária, não conotando ao seu entorno importância alguma; uma posição que salienta a concepção de patrimônio ou conjunto urbano histórico abordada pela Carta de Atenas, da década de 1930, que desconsiderava o entorno dos monumentos. O surgimento da política de preservação de patrimônio no Brasil é, nesse contexto, contemporânea da Carta de Atenas, também esboçando o caráter restritivo da preservação da *paisagem urbana histórica*, ao eleger pontos isolados da malha constituída. Choay (2006, p. 201) afirma que precisamos reconhecer a dialética da arquitetura maior e seu entorno, onde “isolar ou destacar um bem é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial”.

A origem da política de preservação de patrimônio no Brasil está associada a uma consolidação da imagem política e cultural da nação, onde o Estado, através do SPHAN, é o agente que conduz essa busca. Contudo, há de se considerar que a escolha dos bens a serem preservados, naquela época, foi feita através de uma visão elitista de cultura, quando o tombamento restringiu-se a monumentos que reafirmavam os poderes políticos (câmaras, cadeias), os religiosos (igrejas barrocas) e os militares (fortes, quartéis), excluindo, dessa maneira, um conjunto diverso de minorias étnicas e culturais, como se o Brasil fosse uma expressão única de uma elite branca, relegando o conjunto da sociedade e os bens materiais e imateriais – representantes da cultura popular – ao esquecimento.

Nossa sociedade é constituída, dessa forma, por meio da formulação de conceitos restritivos e deformantes de cultura, de valores culturais, de bens culturais, que se projetam também num certo tipo específico de *uso*, restritivo e gerador de deformidades, ainda que representado como nobilitantes, mas, na realidade, desqualificador de outros usos e funções, como aponta Meneses (1999, p. 88).

O Brasil é um país preocupado, desde o fim do XIX, em ser moderno, de maneira que a elite sempre teve os olhos voltados e ofuscados pela dinâmica e realidade européia, pela convergência do primeiro mundo. No Estado Novo, a modernidade era fugazmente perseguida. A busca da preservação, nesse sentido, reiterava e sacralizava a história do Estado como se fosse a história de todos os brasileiros. Erigiu-se, no plano simbólico, a unidade da nação capaz de ocultar as diferenças e os conflitos, segundo Cunha (1992, p. 09). Consideramos, neste trabalho, que o conceito, a noção de patrimônio não deve se reduzir a edificações e manchas urbanas; já nos posicionamos contra a *dicotomia* que enreda o patrimônio cultural material e imaterial, faces de uma mesma moeda.

Entendemos que, ao remetermo-nos ao patrimônio cultural, com o olhar da Geografia, vislumbramos as próprias categorias geográficas, uma vez que não podemos desvincular a consagração do patrimônio da “valorização do espaço” da

“valorização ambiental” e da formação do território. Os lugares do patrimônio integram o espaço da sociedade, ou seja, são portadores não apenas de formas, mas de conteúdos que só podem ser decifrados para além da corporeidade dos objetos, a partir da estrutura em que se inserem e do processo histórico que os geriram.

No contexto geral apresentado e de acordo com a importância histórica dos modernistas preocupados, num primeiro momento, com a atualização das Artes no Brasil, e em um segundo instante, voltando-se para a descoberta de um país quase desconhecido, olhando para o passado distante através da herança barroca, as cidades históricas de Minas Gerais e, posteriormente, as da Bahia e de Pernambuco foram tombadas⁷, entre as décadas de 1930 e 1940.

São quatro os livros do tombo, nos quais podem ser feitas as inscrições dos bens culturais: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Para efeito comparativo, mencionamos que Ouro Preto e Congonhas foram inscritas também no Livro do Tombo das Belas-Artes; Diamantina, no Livro das Belas Artes; Salvador, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e Brasília, no Livro do Tombo Histórico.

No contexto apresentado, identificamos uma estreita relação entre a valorização simbólica⁸ e a valorização econômica⁹ dos bens culturais. Para Thompson (1995), uma agregação de valor simbólico pode aumentar o valor econômico de um bem cultural. Mencionamos também que para a cultura ser transformada num novo gênero de mercadoria, objetivo precípua da “indústria cultural”, há de se atribuir um valor simbólico a *ações, manifestações verbais e objetos significativos* de vários tipos, de forma que será o estímulo a essa valorização que acarretará na valorização econômica do patrimônio; ou seja, no limite, a valorização simbólica¹⁰ dos bens culturais atribui-lhes valor de mercado, que na análise geográfica desse processo, significa a evidência do “valor do espaço”¹¹.

Logo, o Estado assumiu, a partir da década de 1930, um papel extremamente relevante para uma primeira valorização simbólica das cidades históricas, tornando-as referências quando da busca de marcos capazes de registrar a trajetória do “Estado-nação” que emergia no início do século XX; momento em que o barroco mineiro é resgatado como expressão máxima de identidade nacional. Essa fase que denominamos ***Produção Simbólica do Patrimônio Cultural*** no Brasil, torna-se assaz significativa do ponto de vista da incipiente *valorização simbólica* (THOMPSON, 1995) do patrimônio por parte do Estado, o que acarreta na posterior ***Projeção Inicial do Patrimônio***, com a valorização mercantil das cidades históricas por meio da atividade turística. A sorte estava lançada para um novo reduto criado pela expansão do capitalismo e seletividade do capital, no contexto da globalização política, econômica e cultural, que favorece uma terceira fase do patrimônio cultural no Brasil, sua *projeção inicial* no cenário nacional e internacional.

FASE DA PROJEÇÃO INICIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO (DÉCADAS DE 1960 A 1990)

Consideramos como **terceira fase** de produção do patrimônio cultural brasileiro o período entre as décadas de 60 e 90 do século XX, que denominamos *fase de Projeção Inicial do Patrimônio*. Esse momento é representativo do ponto de vista em que as cidades históricas são evidenciadas com o incipiente turismo cultural, quando o patrimônio passa a ser reconsiderado, no contexto do planejamento urbano estratégico, enquanto vetor de mudanças socioeconômicas, ou seja, para o desenvolvimento local e regional; é uma nova interpretação valorativa da *paisagem urbana histórica*, mais uma vez presidida pelo Estado.

Nessa fase em que a preservação e a valorização do patrimônio visam ao seu reconhecimento inicial para a “indústria” do turismo cultural, há uma transformação valorativa dos objetivos de preservação do acervo arquitetônico, respondendo-se aos anseios do mercado e do capital especulativo, incorporando a lógica da

mercantilização dos espaços citadinos e coletivos, agora, voltados às atividades do turismo. Porém, esse processo inicia-se lento e ganha fôlego a partir da década de 1990, no avançar do período técnico-científico e informacional (SANTOS, 2002).

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil, que tinha significativa parcela da população no meio rural, torna-se, eminentemente, urbano. Esse *boom* urbano subverteu o modelo de cidade até então vigente. De acordo com Cardoso (2007, p. 75), problemas comuns a qualquer centro urbano que cresce sem planejamento passam a aterrorizar os administradores municipais. Surgem problemas relativos à sub-moradias (favelas, cortiços, ocupações desordenadas de encostas etc.), ao adensamento populacional de áreas centrais degradadas, ao crescimento desordenado de áreas periféricas desprovidas de infra-estruturas, enfim, desencadeia-se o esgotamento urbano em detrimento do crescimento desenfreado a ponto de, ao final da década de 1960, alguns urbanistas falarem na *morte das cidades*.

Cardoso (2007, p. 75) aponta que, contrastando com esse período de acentuadas mudanças citadinas, a legislação de preservação do IPHAN continuou inalterada, limitando-se, como antes, à conservação de monumentos que, no nosso entender, foram escolhidos a partir de critérios elitistas e exclusivistas de cultura.

Durante três décadas, o ideal democrático e mais abrangente da política de preservação de patrimônio proposto por Mário de Andrade ficou estagnado. O ideário nacionalista vigente à época adotou outras prioridades, como a “campanha do petróleo, a construção da capital federal, a caminhada do milagre econômico e, ao final, o enfrentamento do propenso ‘perigo comunista’”. (CARDOSO, 2007, p. 75).

Muito contraditória e exigente de uma pesquisa aprofundada, foi a política de patrimônio que se adotou durante a ditadura militar no Brasil. De acordo com Cardoso (2007), os ideais de Mário de Andrade somente foram postos em prática (acreditamos que em parte e atendendo aos interesses da ditadura) na década de

1960, criada pelo aparato técnico-burocrata da ditadura militar instaurada no país a partir de março de 1964. Para o autor supracitado, nessa época, o regime ditatorial, sentindo que poderia ocorrer um desgaste ideológico, iniciou uma aproximação do Brasil com os organismos internacionais dedicados à proteção do patrimônio cultural. O primeiro marco dessa aproximação foi a publicação da Carta de Veneza (1964)¹², a qual viria consolidar uma noção mais abrangente de “bem cultural”, mais vinculada ao campo histórico e propondo normas jurídicas de proteção mais rígidas e modernas que as vigentes até então.

Novamente, em um contexto de regime político autoritário, o setor da cultura passa a ser componente estratégico de um discurso unificador, e a configuração político-econômica após 1964 trouxe consigo demandas de conjuntura econômica que a estrutura tradicional do Ministério da Educação e Cultura não conseguiu suprir, de acordo com Tozi (2007, p. 34).

São iniciados, em 1965, os contatos com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), produzindo documentos sobre a situação do patrimônio cultural no Brasil, dentre eles um relatório de acentuada importância elaborado por J. B. Perrin, denominado: *Valorização dos Conjuntos e Locais Classificados no Brasil*, Paris, Unesco, 1972. (CARDOSO, 2007, p. 76). Momento em que também tornamo-nos signatários da Convenção do Patrimônio Mundial.

Em 1967, o Brasil assina a Carta de Quito, o primeiro documento nascido no âmbito interamericano, que além de conter os princípios mais relevantes da Carta de Veneza, procurava conciliar o desenvolvimento econômico e proteção do patrimônio cultural, propondo a todos os partícipes do evento que fizessem constar de seus planos de desenvolvimento econômico as políticas preservacionistas, dando-lhes relevante importância.

Como vimos no tópico anterior, durante muitos anos, no Brasil, o paradigma da preservação de patrimônio esteve ancorado na idéia de construção de uma nacionalidade, contando, exclusivamente, com recursos públicos para as atividades de restauro e conservação dos bens culturais; enquanto responsável pelo desenvolvimento econômico e social, as políticas de patrimônio eram incontestavelmente função do Estado. Dessa maneira, a partir da década de 1970, no entanto, pela impossibilidade de o IPHAN manter, com recursos do governo federal, uma agenda atualizada de conservação e manutenção de todo o acervo nacional, inicia-se um processo de descentralização das políticas preservacionistas no Brasil, cujo resultado contribuiu, segundo Leite (2004, p. 53), para flexibilizar a difícil tarefa de atribuição de valor a certos bens que podiam ter relevância para estados e municípios, mas não para a genérica concepção do IPHAN a respeito de memória e identidade nacionais. Do ponto de vista operacional, essa descentralização se deve a três fatores básicos, de acordo com o autor: esgotamento das estruturas burocráticas tradicionais, a modernização administrativa do aparelho de Estado e a definição de uma nova divisão de tarefas entre União, Estados e Municípios.

Com essa descentralização, houve uma considerável expansão da política de preservação em vários programas e órgãos federais que resultou na divisão de responsabilidades do IPHAN entre esferas estaduais e municipais de preservação, surgindo novas estruturas e legislações em nível regional, propiciando mais uma vez a ampliação tipológica, cronológica e geográfica do patrimônio cultural, no nosso entender.

Importante frisar que o grande marco desse processo de descentralização da política de preservação de patrimônio, no Brasil, foram os *Encontros de Governadores* em Brasília (1970) e em Salvador (1971), nos quais foram traçadas novas estratégias de preservação com a participação dos estados. Segundo Leite (2004) foi proposto nos encontros, o anteprojeto de lei para *setores monumentais e paisagísticos*, apresentado por Paulo Ormino, no Encontro de Salvador, que

propunha a criação do Plano Permanente de Preservação e Valorização (PPPV), que, segundo as recomendações da Carta de Veneza (1964) e do Encontro de Quito (1967), sugere a mesma estrutura de zonas de proteção das Normas de Quito, associando *preservação do patrimônio e estratégias de planejamento urbano*. Estava selado o processo simultâneo, relacional e contraditório de uma “preservação” para a “mercantilização” do patrimônio no Brasil, uma *dialética da construção destrutiva* (COSTA 2008; 2009) necessária à reprodução do capital nas cidades históricas através do turismo.

Essas diretrizes foram fundamentais para a redefinição das práticas de preservação no país, na medida em que a idéia de “entorno” ampliou o âmbito de atuação dos órgãos de patrimônio para além das fachadas dos bens ressaltados como portadores de valor arquitetônico. Para Leite (2004, p. 54), a noção de ambiência circunscreve o bem, que no caso do patrimônio edificado das cidades se traduz, sobretudo, na prática de intervenção a partir do reconhecimento do valor urbanístico (e sua potencialidade comercial para o turismo) do bem ou conjunto a ser preservado.

As novas orientações de preservação do patrimônio, no Brasil, passam a seguir uma postura que assimilava as dimensões sociais e *econômicas* dos bens culturais, ultrapassando assim uma orientação corrente nas políticas de preservação até então vigentes, que privilegiavam aspectos predominantemente estilísticos. Dessa forma, os *Encontros dos Governadores* constituem-se em importantes “eventos” (SANTOS, 2002) que favorecem a mudança dos critérios e objetivos de preservação de patrimônio, em âmbito nacional.

Desses encontros e reuniões convocadas pelo Ministério da Cultura, na década de 1970, congregando governadores dos estados, prefeitos das cidades tombadas e dirigentes dos órgãos que, de alguma maneira, poderiam atuar no problema dos conjuntos urbanos, tais como a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),

órgãos relacionados com a política urbana, originaram-se desde logo, nos âmbitos estaduais e municipais, órgãos específicos de preservação de bens culturais. Assim, em 1973, foi criado o Programa de Cidades Históricas (PCH), por iniciativa do ministro Reis Veloso, pela Secretaria do Planejamento da presidência da República e com a intervenção do IPHAN e da EMBRATUR. Segundo Telles (2000, p. 463), o PCH previa uma ação conjunta com estados e Municípios, os quais, provendo uma contrapartida de 20% de recursos, receberiam dotação suficiente para elaboração de projetos, execução das obras, equipamento e fiscalização. O PCH vigorou até 1979, deixando resultados que, de acordo com Telles (2000), ainda aparecem em muitas localidades do Brasil, além de consolidar a iniciativa e a participação na preservação dos bens culturais, das administrações estaduais e municipais e a conscientização das comunidades nessa problemática.

Em face das dificuldades econômicas em conservar e restaurar o grande acervo patrimonial brasileiro, adotou-se uma política de valorização que permitia a integração das cidades buscando soluções “autofinanciáveis” a partir da “indústria” do turismo, ou seja, as cidades históricas seriam objetos de investimento para o desenvolvimento dessa atividade de uma maneira progressiva.

Para Leite (2004, p. 55), tal redefinição marca o início de um complexo percurso, iniciado no Encontro de Quito (1967), em que o patrimônio vai sendo incorporado às políticas urbanas e articulado ao desenvolvimento regional ao incremento do turismo. Nas Normas de Quito, encontra-se a seguinte consideração sobre a valorização econômica dos monumentos, citada por Leite (2004, p. 55),

Partimos do pressuposto de que os monumentos (...) constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam à sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles.

Quer dizer que o entendimento do longo processo histórico de produção do patrimônio, no Brasil, torna-se assaz elucidativo da conformação de nosso território,

sobre o entendimento da visão/atuação do Estado sobre a cultura na formação de uma nacionalidade, além de nos remeter à lógica que envolve a apropriação dos bens culturais para o desenvolvimento local e regional, de forma que o Estado e os agentes de mercado tornam-se os principais produtores do espaço do patrimônio, conjuntamente.

Tem início um novo período de práticas de preservação no Brasil, associando ao patrimônio funções de desenvolvimento urbano. “Nesse sentido, a década de 70 representou o período de transição entre a antiga prática de preservação, fundamentada exclusivamente em critérios estilísticos, e uma nova prática em que os problemas inerentes à atividade de preservação eram compreendidos a partir da perspectiva integrada, e também abrangia critérios econômicos e sociais” (FREITAS apud LEITE, 2004, p. 55).

Essa mudança de enfoque sobre os bens culturais é coroada, em 1972, em âmbito internacional, com a *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, a qual consagra a existência de um Patrimônio Mundial¹³. Em 30 de junho de 1977, através do Decreto Legislativo nº 74 (BRASIL, 1977), o Brasil passa a signatário da Convenção, marcando seu engajamento na internacionalização das políticas preservacionistas, como aponta Silva (2003).

Não era fato novo que a cidade estivesse associada à divisão social e territorial do trabalho, à acumulação do capital e à apropriação privada do solo urbano, mas a partir da década de 1960, identificamos a nova aura vigorante e caracterizadora de algumas cidades históricas brasileiras ao assumirem o *status* de mercadoria, de maneira a identificarmos a minimização de seu valor de uso civilizatório e a maximização de seu valor de troca com o desenvolvimento do turismo, no limite, o que se tem alterado, na década de 1960 é a valoração e a interpretação da cidade histórica por parte do Estado, que passa a incorporá-la ao mundo da mercadoria.

O patrimônio cultural começou a deixar, naquele momento, de ter o caráter exclusivo de *esclarecimento* – ligado ao valor *cognitivo* e mesmo *afetivo* – para se transformar, gradativamente, em grande fetiche, sendo incorporado ao mundo do consumo, da mercadoria e do valor de mercado – “peça da máquina reprodutora do capitalismo”, como menciona Nigro (2001, p. 37).

Estas novas diretrizes foram marcantes para a redefinição das práticas de preservação no país e, especificamente em Minas Gerais, na medida em que o estado e os municípios figuram-se como agentes interessados na preservação de seus bens. A manutenção dos sítios vai sendo incorporada às políticas urbanas e articulada ao desenvolvimento local e regional, com o incremento do turismo. A segunda metade do século XX é marco para a transformação valorativa dos objetivos de preservação do nosso acervo arquitetônico, num movimento que vai da busca de uma identidade nacional ao desenvolvimento da economia local.

As cidades históricas brasileiras entram na ***Fase de Cenarização Progressiva do Patrimônio*** (o que consideramos um quarto e atual momento do patrimônio cultural no Brasil, que apresentaremos no tópico que se segue) com a vitória da troca sobre os modos operantes dos usos, impactadas pela *dialética de uma construção destrutiva* quando do encontro da cultura com o processo mercantil urbano, da valorização simbólica com a valorização econômica, da “preservação” com a “mercantilização” do patrimônio. Agrava-se, gradativamente, a oposição centro-periferia nessas cidades do litoral e do interior, de forma a caracterizar, perversamente, uma espécie de fragmentação articulada do território urbano (COSTA, 2009) como resultado do que podemos denominar uma forja da ***cidade-patrimônio-mercadoria***.

FASE DA CENARIZAÇÃO PROGRESSIVA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO (PÓS-DÉCADA DE 1990)

Da década de 1990 aos dias de hoje, num quarto e último momento que denominamos *Fase da Cenarização Progressiva do Patrimônio*, os núcleos urbanos detentores de reconhecido acervo cultural vêm passando por um processo de (re)produção ampliada (na atual dinâmica da globalização e do capitalismo), que ocasiona a *transmutação* dos valores a eles inicialmente atribuídos – símbolos de identidade e cultura na construção do novo “Estado-nação”, na década de 1930 –, dadas as novas relações mediadas pela dinamização dos meios de circulação e pela fluidez da informação, nas quais novos objetos e novas técnicas entremeiam os bens culturais para atender uma nova demanda externa, intensificando o processo de “banalização pela cenarização progressiva” (COSTA; OLIVEIRA 2008) que envolve as cidades históricas turísticas brasileiras. O conhecer sobrepõe-se ao reconhecer; antigas e novas formas e conteúdos mesclam-se (re)produzindo um patrimônio que vem perdendo o sentido tradicional, a identidade, o significado de memória, enfim, são formas destituídas de um conteúdo social e histórico coletivo. O patrimônio refuncionalizado para o desenvolvimento turístico pouco guarda do símbolo do processo civilizatório brasileiro, de seu valor afetivo e cognitivo; a perda desses sentidos tradicionais mais valiosos deve-se à ação do próprio agente que o resgatou, em outro momento, o Estado, agora, *pari passu* ao mercado.

Dessa maneira, verificamos que as três primeiras fases de produção do patrimônio cultural apresentadas (*Gênese Colonial do Patrimônio*, *Produção Simbólica do Patrimônio* e *Projeção Inicial do Patrimônio*) são consecutivas e carregadas de relações, práticas e ideologias sociais distintas, o que não se difere desta última fase que estamos apresentando; são distintos momentos e diferentes interpretações na produção do espaço urbano nas cidades históricas brasileiras. Da gênese do patrimônio, quando da produção dos espaços urbanos coloniais no interior do território (representantes de um valor de uso civilizatório), à *Fase de Cenarização Progressiva* catalisada por novos modos operacionais do capital com o turismo (vitória da troca sobre os modos operantes do uso), verificam-se visões

sociais de mundo distintas (por parte de agentes públicos, privados e sociedade civil), que redundam em ações que transformam o lugar, a cultura, a memória, a organização da sociedade e as condições de vida das populações locais.

Em síntese, lançamos um olhar sobre as cidades históricas brasileiras considerando seu espaço urbano a partir da dialética do uso e da troca, da simultaneidade da “construção” para sua “desconstrução” seguida de uma “reconstrução”, reconhecendo sua consagração nacional e internacional, juntamente com a implantação de políticas públicas ditadas e enviesadas pelo capital, como processos que promovem a “valorização do espaço” ao criar critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade, de forma seletiva e pontual em relação à totalidade; “valorização do espaço” que coloca em evidência as contradições das ações que permeiam a sociedade contemporânea de um mundo globalizado, o que transforma a realidade e o imaginário da população local, esboçando uma dialética no sentido que, hoje, essas cidades são envolvidas pela unidade indissolúvel dos opostos: “preservação” / “mercantilização”.

Vemos, assim, a cultura e a economia convergirem, correndo uma na direção da outra, dando a impressão de que a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural (ARANTES, 2005), o que nos remete a uma nova interpretação ambiental e a outra espécie de valoração da paisagem urbana histórica, uma valoração eminentemente capitalística.

Posicionamo-nos com Thompson (1995), para quem os produtos da “indústria cultural” não são determinados por suas características intrínsecas como uma forma artística, mas pela lógica corporativa da produção de mercadorias e seu valor de troca, como é o caso de ritos, das festas tradicionais e religiosas perversamente espetacularizadas e representantes de um novo “produto” atrativo de fluxos diversos e não mais eventos culturais identitários tradicionais das comunidades locais. A “indústria cultural” vende seu produto sem, contudo, entregá-lo ao consumidor, esse tem um encontro efêmero com a dita “cultura” singular ou “bem cultural” especial.

Acreditamos que a idéia de Harvey (2005) sobre a “alegação de singularidades” para a distinção de um lugar está relacionada à forja de imagens e representações que são emitidas por formas simbólicas que podem ou não ser fonte de reflexão, “objeto de identificação ou um referencial de interpretação” (THOMPSON, 1995, p. 136).

Nesse contexto, precisamos entender que as cidades históricas brasileiras estão envolvidas por um novo tipo de “imperialismo” que é o da mercadoria sobre a cultura. Imposição que se dá verticalmente numa dimensão inigualável na história da humanidade, onde a mídia aparece como catalisadora das ações geridas pela “indústria cultural” no seu processo mercantilizador, em que o patrimônio, principalmente, é envolvido pela dialética do uso e da troca, no espaço urbano, ao ser valorizado simbólica e economicamente. Hoje, sobretudo com a diversidade técnica e informacional, algo muito especial vem envolvendo esses objetos, produtos e os eventos culturais, resgatados ou recriados enquanto singularidades, sendo preciso pô-los à parte das mercadorias tradicionais, como bens de consumo duráveis e não duráveis; são novos “produtos” e “eventos” que estão num plano mais elevado de produção e da criatividade humana, diferente da produção industrial tradicional.

De acordo com Ianni (2000), a mídia é uma poderosa técnica social, onde sobressai a televisão e diríamos também a rede mundial de computadores. Para o autor, ela se tornou um potente instrumento de virtualização e conversão que santifica e sataniza, constrói e destrói a realidade e o imaginário. Não é apenas uma rede prática integrada, mas um modo de articulação efficientíssimo que une o mundo inteiro. Na concepção de Said (2006), a mídia produz e articula cultura, economia e poder político, gera imagens transnacionais às vezes desproporcionais, que reorientam o discurso e as relações sociais locais, nacionais e internacionais.

A mediação interessada da mídia deturpa o conteúdo das mensagens e linguagens, numa verdadeira falsificação de discursos, lançando sombra sobre o entendimento dos fatos e prejudicando a formação e a informação da sociedade.

Para Santos (1994), a mídia é o grande veículo do processo ameaçador da integridade dos homens. Virtualmente possível, pelo uso adequado de tantos e tão sofisticados recursos técnicos, a percepção é mutilada, quando a mídia julga necessário captar a atenção do expectador através do sensacional e do medo. Segundo Santos (1994, p. 21-24) “estamos de volta ao mundo mágico, onde o fantasioso, o fantástico, o fantasmagórico prometem tomar o lugar do que é lógico e o engano pode apresentar-se como o verdadeiro (...) é preciso humanizar a técnica”.

No nosso entender, o que dá notoriedade à construção da mídia é seu poder de transformar o sagrado em profano, mercadoria em ideologia e ideologia em mercadoria, o mercado em democracia, o social em individual, o consumismo em cultura popular e a cultura popular em um novo produto. A “indústria cultural” combina a produção cultural com a reprodução do capital, formando opiniões, imprimindo e vendendo idéias e ideologias no nível planetário, favorecendo, assim, o desenvolvimento da atividade turística que “revaloriza” e imprime um novo ritmo aos lugares da cultura, de acordo com a nova “dança” do capitalismo, que busca uma pretensa originalidade, autenticidade, excepcionalidade e irreplicabilidade nos lugares.¹⁴

À GUIA DE UMA CONCLUSÃO

Há de se considerar, hoje, que a análise da produção socioespacial das cidades históricas brasileiras, com enfoque na valoração e interpretação ambiental, deve ter como fio condutor um viés crítico comprometido com a sociedade e com os lugares, por parte das ciências sociais, especialmente pela Geografia, pois o pensamento crítico propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. Como não nos contentamos com os esquemas abstratos da realidade e suas

simples representações do visível, buscamos “destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia” (KOSÍK, 1976, p. 16).

Nesse contexto, fica-nos claro que a “construção” do patrimônio cultural sempre teve um caráter *identitário, espacial e político*, dialética e universalmente. Primeiro, para afirmação dos “Estados-nações” enquanto símbolos da formação de seus territórios (caráter particularista de patrimônio), depois, no extremo de sua ampliação, na tentativa de se afirmar a diversidade cultural dos povos e a integração das nações, através do conceito de *humanidade* (caráter universalista do patrimônio¹⁵).

Hoje, o patrimônio passa a ser procurado e encontrado em todo o mundo; adquire uma visibilidade e uma importância inigualáveis na história, englobando tudo o que é dotado de significado cultural irreplicável. Cultura revestida pela lógica da mercadoria, na sociedade contemporânea, fazendo com que o patrimônio, cada vez menos, represente o ideal de “Estado-nação” ou de diversidade cultural dos povos, perdendo, aos poucos, seu referencial de memória viva ao se tornar um produto em potencial do desenvolvimento turístico nos lugares; atividade que tem o poder de banalizar pela cenarização progressiva; isso denota o *esvaziamento* das práticas de patrimônio, nas cidades históricas, é reinventado, revalorado e reinterpretado dentro de uma nova lógica; contradiz-se o próprio Estado. A mercantilização desenfreada dos bens culturais faz com que percam sua função primeira, que é a de *esclarecimento*, ligada ao valor *cognitivo* e *afetivo*, transformando-se num grande fetiche incorporado ao mundo do consumo e se tornando peça central da máquina reprodutiva do capitalismo. A prática de patrimônio adotada, hoje, no Brasil, remete-nos à tendência contemporânea ao “esvaziamento” no campo da cultura. Assim, a minimização do valor simbólico e de uso para a maximização do “capital simbólico” que passa a representar o patrimônio para as comunidades locais, como atestamos em diversas de nossas atividades de campo, é um dos produtos da lógica em tela. São antigas *formas* que, ao assumirem novas *funções*, sintetizam novos *conteúdos*

para o habitante, dentro da vigente *estrutura* estabelecida pela reprodução do capitalismo e seletividade do capital, que impactua a *paisagem urbana histórica*.

Kosík (1976, p. 22) torna-se fundamental para amarrarmos esta discussão sobre as quatro fases consecutivas de (re)produção do patrimônio no Brasil ao considerar que para conhecer as coisas em si, o homem deve primeiro transformá-las em coisas para si; para conhecer as coisas como são independentemente de si, tem primeiro de submetê-las à própria práxis: para poder constatar como são elas quando não estão em contato consigo, tem primeiro de entrar em contato com elas. “O conhecimento não é contemplação (...) o homem só conhece a realidade na medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como um ser prático”.

Sendo o espaço-tempo coordenada básica dos diversos sistemas de representação, cabe à Geografia assumir a postura crítica apontada neste trabalho e pensar a problemática socioespacial da (re)produção do patrimônio cultural brasileiro em tempos de globalização e do advento de novas técnicas e da informação. Não faz sentido o patrimônio cultural estar em todos os lugares, mundializado enquanto uma mercadoria a ser “consumida” e desaparecer para a comunidade de seu entorno, ser esvaziado de seu valor memorial, afetivo, cognitivo, histórico e cultural tradicional. Ora, é global, mas deixa de ser local? Quem cuida melhor de um *bem* do que o próprio dono? Há de se desenvolver o sentimento de pertencimento ao lugar.

O que estamos sugerindo é a implantação de um verdadeiro planejamento que busque preservar a *paisagem urbana histórica* para a coletividade de forma a fazer frente ao processo capitalista que cria uma espécie de ***cidade-patrimônio-mercadoria*** apropriada por uma minoria elitizada. A gestão do patrimônio deve favorecer uma vida digna à população das atuais cidades históricas brasileiras; para o intento, as realidades locais devem ser o ponto de partida para o raciocínio dos administradores, e não apenas o lugar de ações desarticuladas e, por isso mesmo, ineficientes. A proposta é pelo fim da “dualidade” entre a “valorização” de centros

históricos frente a “precarização” das periferias e da vida humana, pela otimização de um processo valorativo e interpretativo em que seja protagonista a população local com a palavra final. Que outra saída teríamos para o movimento em curso que consagra um Patrimônio Mundial, por exemplo, que, aos poucos, contraditoriamente, deixa de ser local, quando açambarcado pela lógica do capital? Quem cuida melhor do que é seu que o próprio dono que sabe que é dono?

Não é o objetivo deste trabalho santificar ou bestializar o mercado, muito menos o turismo, mas apontar a urgência da busca de soluções socioespaciais democráticas através da gestão participativa dos bens culturais do mundo e da implementação de Políticas Públicas de Educação Patrimonial nas diversas cidades históricas turísticas brasileiras; políticas que devem estar centradas, por meio das diversas instituições de ensino, em todos os níveis, **nas crianças e nos adolescentes**, os futuros guardiões do patrimônio cultural e natural do mundo.

Notas finais:

¹ Sobre o conceito *dialética da construção destrutiva*, ver os trabalhos de Costa e Scarlato (2008), Costa (2008 e 2009).

² Para analisar com detalhes as orientações da Carta de Veneza de 1964, que faz um contraponto à Carta de Atenas da década de 1930, ver: Costa (2009) e Nigro (2001).

³ É bom lembrarmos que o diamante só foi descoberto na terceira década do século XVIII, quando a extração do ouro já se fazia em grande escala. Também já havia, nas Gerais, nove núcleos erigidos à vila por decisão de Governadores ou por ordem real, sem falar nos diversos arraiais espalhados, sob jurisdição de vilas.

⁴ Para uma análise do *urbanismo barroco das Gerais*, ver: Reis Filho (1997 e 1998) e Costa (2009).

⁵ Segundo Khouri (2005, p. 250), o maravilhamento dos modernistas ante a herança barroca das Minas Gerais daria os seus frutos, chamaria a atenção dos próprios mineiros para os tesouros escancarados que possuíam. “Era como se os paulistas estivessem tentando recuperar para o Brasil um barroco maior, que a pobreza paulista dos séculos XVII e XVIII não permitira, a não ser em migalhas, à terra bandeirante, e também, como já fora referidos pelos Andrade, a memória de uma fazanha paulista na área das Minas. Um Mário, antes, referia-se aos bandeirantes descobridores, um Oswald, após, poeticamente registra os fatos: Ide a São João del Rei de trem como os paulistas foram a pé de ferro”.

⁶ Muito pouco se fala também da riqueza dos bens culturais móveis das Geraes, como a pintura, a escultura e os diversos tipos de móveis sacros e civis. De acordo com Wasth Rodrigues (apud Andrade, 1987, p. 79), “Formando-se um círculo, cujo centro seja Mariana e cuja linha de contorno passe por Sabará, teremos uma circunferência com umas 25 léguas de diâmetro, abrangendo a região mais antiga de Minas (...) Esta era (naturalmente também) a zona mais rica em móveis antigos, sobretudo de produção regional ou local (...) Das cidades, fazendas e povoados dessa zona saíram as camas, as arcas, os tamboretos, as mesas ‘holandesas’, as cadeiras de dobrar e outros móveis do mais belo e variado teor além de uma quantidade dos mais variados e surpreendentes objetos. (...) Outras regiões foram ricas desses bens, pois Minas antiga não era somente esse recanto primitivo. A região de Diamantina, como Serro Frio e Minas Novas, era (igualmente) abundantíssima de preciosidades. O mesmo ao sul (e ao oeste), como Campanha, São João Del Rei, Tiradentes, Queluz, e Baependi. E em cidades mais afastadas como Pitangui, Montes Claros, Paracatu... Os contratadores, os altos funcionários reinóis, (...) enfim os homens de posse ou de representação viveram naturalmente no conforto e, alguns, na opulência... Daí existirem, deixados por eles, móveis ricos, serviços de prata, jóias, sedas e veludos, porcelana da China, faiança portuguesa e, nos começos do século XIX, serviços ingleses. O escritor observa com indisfarçada gratidão, depois de descrever os interiores das velhas casas mineiras que visitou antes de 1920: ‘Minas, como se cumprisse um desígnio secreto uma determinação do destino, para realizar uma função na história, Minas guardou tudo’”.

⁷ De acordo com o Decreto-Lei nº 25/1937, o tombamento é o instituto jurídico pelo qual se faz a proteção do patrimônio histórico e artístico, que se efetiva quando o bem é inscrito em um dos livros do tomo, segundo Silva (2003).

⁸ Valorização simbólica: atribui-se às formas simbólicas um valor simbólico (modos pelos quais são estimados pelos indivíduos que os produzem e recebem).

⁹ Valorização econômica: atribui-se às formas simbólicas troca de mercado, no qual se constituem em mercadorias. As formas simbólicas mercantilizadas são os bens simbólicos.

¹⁰ Consideramos que se a valorização simbólica dos objetos não estiver comprometida, primeiramente, com o objetivo de preservação de nossa identidade ou da memória e sim com uma necessidade única e negligente de se agregar valor econômico aos bens culturais, corre-se o risco de se metamorfosear e perdermos um suporte espacial original, modos de vida e os símbolos de nossa “formação socioespacial”.

¹¹ Conforme nos posicionamos, torna-se relevante em nossa abordagem o “valor do espaço”, enquanto um valor que é transferido aos objetos durante sua criação ou enquanto um valor que é atribuído a objetos pré-existent; o “valor do espaço” é transferido no processo de trabalho para o produto “através das características próprias de cada lugar” (MORAES e COSTA, 1996, p.122), o que ocasiona uma heterogeneidade na produção e apropriação de lugares, onde singularidades são estabelecidas através do trabalho humano; valores distintos são atribuídos a estruturas socioespaciais distintas. Essa valorização diferencial do espaço produz e reproduz ao mesmo tempo em que fragmenta e destrói, ocasionando disparidades socioespaciais, hoje, induzidas, também, pela criação de singularidades e excepcionalidades evidenciadas no espaço por meio de novas estratégias do capital.

¹² A Carta de Veneza reitera que os bens culturais devem ser objetos de cuidados especiais para salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, manutenção e valorização; essa vem em contraponto à Carta de Atenas, que desconsiderava a preservação dos centros históricos das cidades, valorizando monumentos isolados, numa visão reducionista do patrimônio.

¹³ Para o entendimento pormenorizado do processo de consagração do denominado Patrimônio Mundial ou Patrimônio Cultural da Humanidade, ver Costa (2008 e 2009).

¹⁴ Há de se ficar claro que a mídia, enquanto aparato técnico e informacional ou conjunto dos meios de comunicação de massa, não age indiscriminadamente, são as ações humanas, os interesses dos agentes de mercado que manipulam e deturpam as imagens, daí Santos (1994, op. cit) fazer referência à urgência da “humanização” da técnica, acreditamos.

¹⁵ Sobre uma análise do *caráter universalista do patrimônio*, ver Costa (2008).

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. A apropriação do território no Brasil Colonial. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 197-245.

ANDRADE, R. M. F. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural**. In: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1987, p. 75-92.

ARANTES, A. A. As tramas da memória: antigas estruturas e processos culturais contemporâneos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, V.1, nº 32, 1991, p. 233-244.

ARANTES, O. B. A virada cultural do sistema das artes. In: JINKINGS, I; NETO, A. (ed.). **Margem esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 62-75.

AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil Colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 33, p. 1-96, 1956.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25 de 30 de dezembro de 1937**. SPHAN, 1937.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 74 de 30 de dezembro de 1937**. Senado Federal, 1977.

CARDOSO, J. de J. **Patrimônio ambiental urbano e requalificação: contradições no planejamento do núcleo histórico de Santos**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

COHN, G. Concepção oficial de cultura e processo cultural, **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, n. 22, 1987, p. 7-10.

COSTA, E. B. A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial. **Olam – Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, Vol. 8, nº 1, p. 160-183, 2008.

COSTA, E. B.; OLIVEIRA, B. C. O processo de “banalização pela cenarização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, Vol. 4, p. 33-56, 2008.

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. Uma teoria geográfica para a análise da produção socioespacial nas cidades históricas turísticas. **Revista Geografar**, Curitiba, Vol. 3, nº 2, 2008, p. 34-58.

COSTA, E. B. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial**: o caso de Diamantina. 2009. 281 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) –Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CUNHA, M. C. P. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária, **Revista do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania, São Paulo, 1992, vol.1, p. 9-12.

DUARTE, N. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

FENELON, D. Políticas culturais e patrimônio histórico, **Revista do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania, São Paulo, 1992, vol. 1, p. 29-36.

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Pedagógicas / MEC, 1963.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KHOURI, O. Os modernistas de São Paulo e a (re)descoberta do barroco. In: TIRAPELI, P. (org.). **Arte Sacra**: barroco memória viva. 2. ed. São Paulo: EdUNESP, 2005.

KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEITE, R. P. S. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da UNICAMP; Aracaju: Editora da UFS, 2004.

MARX, M. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MENESES, U. B. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIG, E; CARLOS, A. F; CRUZ, R. C. (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 86-97.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil** – o território brasileiro no longo século xvi. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

NIGRO, C. **Territórios do Patrimônio. Tombamentos e participação social na cidade de São Paulo**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

REIS FILHO, N. G. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. In: ÁVILA, A. (org.). **Barroco: teoria e análise**. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 217-232.

REIS FILHO, N. G. A urbanização e o urbanismo nas regiões das Minas. In: **Seminário de Comemoração de Ouro Preto**. Ouro Preto: Centro de Estudos do Século XVIII, Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, 1998, p. 11-23.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M; SOUZA, M; SCARLATO, F; ARROYO, M. (orgs.). **O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002a, p. 23-39.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCARLATO, F. C. Ouro Preto. Cidade histórica da mineração no sertão brasileiro. In: **Anales de Geografia de la Universidad Complutense**. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, 1996, p. 123-141.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J. (org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2005, p.381-464

SCARLATO, F. C. **Geografia Regional do Brasil II - Região Sudeste**. In: COSTA, E. Notas do Curso. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Departamento de Geografia / USP, 2008, s.n.t.

SILVA, F. F. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.

TELLES, A. C. S. Preservação dos bens culturais ontem e hoje; e amanhã? In: GUTIERREZ, Â.; TELLES, A. C. (orgs.). **O território do Barroco no século XXI**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flavio Gutierrez. Bureal Cultural, 2000, p. 411-447.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TORRÃO FILHO, A. Imagens de pitoresca confusão: a cidade colonial na América Portuguesa. **Revista USP/Dossiê Brasil Colônia**, São Paulo, 2003, p.50-67.

TOZI, D. R. **Primavera de estações: o Programa Monumenta e as Políticas Públicas de Preservação de Patrimônio Cultural na região do bairro da Luz/São Paulo**. São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RESUMO

Com uma abordagem crítica, o presente artigo visa a apontar quatro distintas e consecutivas fases de interpretação e valoração da paisagem urbana histórica, no Brasil. Entendemos, pois, que essa interpretação e valoração partem do Estado, em um primeiro momento, e do Estado atrelado ao mercado, no segundo instante, quando as cidades históricas brasileiras são açambarcadas pela “indústria” do turismo denominado cultural. A abordagem, então, enaltece a importância da Geografia – por sua vertente crítica – na análise do processo de mercantilização do patrimônio cultural, pois somente a partir da dimensão espaço-tempo – que engloba, dialeticamente, a cultura, a economia, a política e a sociedade – poderemos ultrapassar o mundo sensível e dismantelar a aparente independência dos fenômenos referentes aos bens culturais e naturais do mundo.

Palavras-chave: Cidades Históricas. Interpretação Ambiental. Gênese Colonial do Patrimônio. Produção Simbólica do Patrimônio. Projeção Inicial do Patrimônio. Cenarização Progressiva do Patrimônio.

ABSTRACT

With a critical approach, this article points out four distinct and consecutive phases of the Brazilian historic urban landscape interpretation and valuation. We understand that, this interpretation and valuation parts, in a first place, from the State, and in a second place, the State attached to the market, when the Brazilian historical cities are grasped by the so called cultural “tourism”. The approach brings the geography importance – by its critical strand – on the merchandising process analysis of the cultural heritage, because only by the space-time dimension – that includes, dialectically, the culture, the politics, economy and society – we can overcome the sensitive world and dismantle the apparent phenomenal independence for the world’s cultural and natural goods.

Key words: Historic Cities. Environmental Interpretation. Colonial Heritage Genesis. Heritage's Symbolic Production. Heritage's Initial Projection. Heritage's Progressive Scenarization.

Informações sobre os autores:

[1] Everaldo Batista da Costa – <http://lattes.cnpq.br/6223294904658578>
Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (DETUR / UFOP). Geógrafo e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP)
Contato: everaldo.costa@usp.br

[2] Francisco Capuano Scarlato – <http://lattes.cnpq.br/7346001323218934>
Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP)
Contato: fscarlato@usp.br
